



**Jornalismo além da fórmula:
A supervalorização do referencial estrangeiro
e o desprezo às experiências brasileiras¹**

Jorge Kanehide Ijuim²

Resumo

O presente trabalho visa contribuir para a reflexão em torno de um fazer jornalístico que supera o noticiário demarcado por manuais de redação. As narrativas alternativas aos modelos consagrados têm recebido denominações como jornalismo literário ou jornalismo narrativo e, por vezes, são justificados por referencial estrangeiro. Sem descartar a importância de tais referências, pretendo aqui destacar o equivocado desprezo às experiências brasileiras e, para tanto, proponho a discussão das contribuições de Raul Pompéia e de João do Rio para a construção desse jornalismo além da fórmula.

Palavras-chave

Fundamentos do jornalismo; Narrativas jornalísticas; Gêneros jornalísticos; História do jornalismo.

Herança funcional-positivista

As grandes transformações sociais, inicialmente na Europa, a partir da Revolução Industrial e por decorrência da Modernidade, foram marcadas pelas intensas concentrações urbanas, mudanças nas relações de produção e de trabalho, como também nos meios de produção e comercialização de bens culturais, entre outros aspectos. Com a elevação dos níveis de alfabetizados e o crescimento econômico, as novas sociedades industriais – de produção e de consumo – desenvolveram uma indústria cultural e, por consequência, a comunicação de massa. Fruto desse contexto, a imprensa deixa de ser atividade artesanal e de impacto restrito na população, para converter-se em empreendimento industrial e de ampliado alcance de audiência. Dessa forma, incorpora às suas ações os mesmos moldes de fabricação, com equipamentos que lhe dão velocidade e permitem maiores tiragens, com métodos e processos mais eficazes e, acima de tudo, assimila o pensamento predominante da época, que impõe ao fazer jornalístico racionalidade e eficiência.

¹ Trabalho apresentado ao DT 1 – Jornalismo/GP Gêneros Jornalísticos do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul/RS, 2010.

² Doutor em Ciências da Comunicação/Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes da USP, professor de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, e-mail ijuim@cce.ufsc.br.



Este pensamento vigente se traduz nas redações na forma de padronizações de procedimentos para a constituição de modelos até hoje praticados. Como salienta Cremilda Medina,

O Jornalismo, inscrito na trajetória nitidamente assinalada pela Modernidade, foi construindo sua linguagem segundo os postulados da racionalidade que vem desaguar, como outras formas de codificação do real, em fórmulas gramaticais do século XIX. (1995, p. 178-179).

Os princípios funcional-positivistas impulsionaram, naquele momento, tanto as práticas científicas como a prática comunicacional que, ao mesmo tempo, se disciplinaram metodologicamente. Para a mesma autora,

No século XIX se propõem gramáticas, presentes na pesquisa do conhecimento científico quanto na de captação e na narrativa da contemporaneidade e se difundem nos meios de comunicação social (Medina, 2008, p.18).

A racionalidade cartesiana e o positivismo de Comte foram determinantes para o estabelecimento de modelos jornalísticos que podem ser comparados a fórmulas matemáticas. Por um lado, os estudos sobre o universal-particular de Descartes, que o levaram a criação do seu método dedutivo, disciplinou o homem ocidental a crer na possibilidade de que tudo possa ser fragmentado – classificável – para ser tratado isoladamente [em profundidade?]. Se isso é possível, pode-se também haver a separação entre *sujeito* e *objeto*. Por outro aspecto, o estado positivo, de Comte, é um regime definitivo da razão, em que a observação é a única base possível do conhecimento acessível à verdade, adaptados sensatamente às necessidades reais. Ou seja:

(...) a eficácia científica de qualquer modo, seja a abstração racional, seja o laboratório experimental, depende da relação direta ou indireta com os fenômenos observados. A investigação científica só é positiva se o pesquisador opera com o que é (Medina, 2008, p. 19).

Disso decorre uma série de códigos socioculturais adotados pelos órgãos de imprensa e por seus trabalhadores – editores, jornalistas. Princípios legítimos como o de liberdade de imprensa – direito à informação –, como o de compromisso com a verdade, informação e não propaganda, exatidão, jornalismo como serviço público, advêm dos esforços pela modernização da imprensa [e da sociedade]. Outros, no entanto, esbarram em mal-entendidos que hoje encontram várias objeções. Do compromisso com a verdade, por exemplo, há a interpretação simplista na crença de que a imprensa publica a verdade. Do distanciamento entre sujeito e objeto decorre o preceito da objetividade



pelo qual o sujeito-jornalista-observador deve eximir-se de qualquer laço subjetivo no trato com o objeto [coisa?] observado (como se a relação do jornalista fosse com objetos, quando a rigor se depara com fenômenos sociais).

Ao discorrer sobre as teorias do jornalismo, Nelson Traquina explicita um momento de expansão da imprensa e a criação das agências de notícias. Uma vez que um ‘centro gerador’ de notícias tinha a responsabilidade de distribuir grande quantidade de informação para destinos diversificados e distantes, estas agências optaram pela produção de notícias pretensamente isentas e objetivas – sem qualquer resquício de opinião ou traço pessoal. Com seu mote “as notícias são como são porque a realidade assim as determina”, a chamada ‘teoria do espelho’ configurou um modelo em que se acreditava obter no relato jornalístico o ‘espelho da realidade’ (Traquina, 2005, v1, p. 146-149). Esta teoria nos evidencia a aplicação de princípios que, por um lado, era conveniente e prática no sentido econômico, por outro incorria na visão reducionista da crença de que é possível ‘retratar a realidade’ como ela é [positiva]. Experiências como esta foram disseminadas e prevaleceram no ocidente por muito tempo, incorporadas às rotinas das redações.

Como ressalta Traquina, os jornalistas desenvolveram uma ‘cultura profissional’, uma vez que conquistaram uma competência específica. Por isso, têm uma maneira de ver e de expressar o mundo, guiados por esta cultura de uma ‘tribo’ – uma comunidade interpretativa transnacional (2005, v2, p. 31-60). Em seus estudos, que envolveram análises pelos pontos de vista econômico e ideológico, Traquina nos lembra da natural possibilidade de homogeneização do pensar e do agir dos integrantes dessa tribo.

Justamente esta cultura – que disciplinou rotinas e estabeleceu gramáticas próprias – criou fórmulas para o agir e o pensar dos jornalistas. Tais rotinas e fórmulas estão geralmente consubstanciadas em manuais de redação que, assumidos de maneira acrítica, acarretam numa coleção de objeções feitas à imprensa atualmente: jornais parecidos; repetição de pautas em vários periódicos, por vezes com a mesma abordagem; falta de profundidade; banalização do ser humano, entre tantas outras.

Um jornalismo além dos cânones desta cultura profissional tem sido uma de minhas principais preocupações como pesquisador. Compartilho com muitos outros a busca de caminhos alternativos a um jornalismo além das fórmulas, como mencionei. Tenho

encontrado, em tantos trabalhos, várias denominações nesse sentido, como narrativas jornalísticas, jornalismo narrativo, jornalismo literário. Nessa busca, no entanto, tenho observado algumas ‘meias-verdades’, que pretendo discutir no decorrer deste trabalho.

Apreciações apressadas

A pesquisadora Monica Martinez fez exposição neste mesmo congresso da Intercom, em 2008, trabalho intitulado “Jornalismo Literário: um gênero em expansão”, pelo qual fez levantamento quantitativo dos artigos sobre o tema apresentados nos encontros da Intercom. A autora constatou que, entre 2001 e 2006, foram submetidos 27 trabalhos e, ao final, sugere que o gênero encontra-se em fase de consolidação.

Ao analisar este artigo, como também vários dos apontados pela pesquisadora, observo que esta amostra reflete uma significativa quantidade de outros trabalhos produzidos no país em que pude constatar alguns pontos que pretendo relativizar:

- Toda narrativa jornalística diversa aos modelos consagrados – a notícia – é rotulada de jornalismo literário;
- Grande parcela dos artigos publicados a respeito do tema é fundamentada na experiência norte-americana, em especial no Novo Jornalismo dos anos 1960.

Com relação ao primeiro ponto, em grande número de artigos que tratam do assunto, a justificativa para esta nomeação se dá por argumentos como profundidade, imersão, humanização do relato, uso de personagens, utilização de recursos da literatura. Ao mesmo passo, pretende-se com a exploração de tais recursos superar a efemeridade de um jornalismo raso e desconexo da realidade. Como decorrência, a fundamentação teórica de tais argumentos está – na grande maioria das vezes – sustentada no Novo Jornalismo norte-americano.

Pela bibliografia destacada em tais trabalhos, devo presumir que estes acataram a argumentação de alguns autores respeitados [e consagrados] que construíram teorização e abordagens mais amplas mas, por uma ‘apreciação apressada’ estão sendo interpretados de forma equivocada. Em outros casos, também no campo das conjecturas, alguns autores – igualmente respeitados – acreditam com a certeza positiva, que o



jornalismo literário praticado aqui é exclusivamente a transplantação do *new journalism* no país. Minha grande preocupação, portanto, é que tais ‘apreciações apressadas’ se transforme de vez na falácia da ‘generalização apressada’ [atribuição ao todo o que é típico de uma parte].

O equívoco não é novo. A revista Realidade, lançada em 1966, representa um marco no jornalismo brasileiro, pela inovação e por romper com os modelos preponderantes na época.

Nos anos 1950, órgãos de imprensa como o Diário Carioca e o Jornal do Brasil passaram por modernização em seu maquinário, o que lhes permitiu a oportunidade de implantar novos projetos gráficos. Também foi oportuna a reformulação de seus projetos editoriais, com a importação do modelo norte-americano – noticiário mais amplo, frases curtas, padronização de linguagem e estilos, entre outros. Foi inaugurado ali a fase dos manuais de redação e a criação da figura do copidesque – profissional encarregado de reescrever os textos de maneira a uniformizar o material jornalístico.

Realidade, com periodicidade mensal, surge como uma revista de reportagens. Elimina o cargo de copidesque e, por isso, cada uma das reportagem mantinham a ‘cara’ do seu autor. Em plena ditadura militar, sua revolução envolvia a abordagem de temas tidos como tabus para a época, como as questões de gênero, o aborto, as minorias, as condições de trabalho, entre tantos outros relevantes. Se havia estímulo à voz autoral de seus repórteres, por consequência, havia a liberdade estilística. Seus jornalistas produziam longas reportagens, com riqueza de detalhes e experimentavam textos que exploravam os recursos da literatura, como as reportagens-conto de João Antonio.

Dois autores que estudaram em profundidade a revista Realidade foram José Salvador Faro³ e Edivaldo Pereira Lima⁴. Ambos são cuidadosos ao abordar o assunto e conjecturam a possível ligação de Realidade ao Novo Jornalismo. No entanto, não é difícil encontrar papers que afirmam categoricamente sobre esta associação.

³ Revista realidade, 1966-1968: tempo da reportagem na imprensa brasileira. Porto Alegre: Ulbra, 1999.

⁴ Páginas ampliadas – Reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Barueri: Manole, 2008.



A pesquisadora Vaniucha de Moraes⁵ entrevistou, em dezembro de 2009, cinco jornalistas da equipe inicial da revista (1966-1968). São eles Mylton Severiano, José Hamilton Ribeiro, José Carlos Marão, Lana Nowikov e Carlos Azevedo. Todos foram unânimes ao afirmar que não foram influenciados pelo new journalism. Severiano foi enfático: “ – Não conhecíamos o Novo Jornalismo. Fomos conhecer Norman Mayler e Gey Talese nos anos 70, quando já estávamos na imprensa alternativa”.

Dos anos 1960 ao início do século 21, a menção do jornalismo literário persiste. Ao ser lançada, em 2006, a revista piauí colocou-se como uma revista de reportagens, “para quem gosta de ler”, como frisa um de seus criadores João Moreira Sales. Textos densos, abordagem com profundidade, liberdade estilística, temas não necessariamente factuais, entre outras características, são suficientes para ser classificada como ‘jornalismo literário’.

No congresso da Intercom de Santos, Vitor Necchi, da PUC-RS, promoveu uma discussão interessante com seu trabalho “A (im)pertinência da denominação jornalismo literário”. Após refletir sobre o fenômeno com ênfase nos primeiros anos do século 21, questiona a eficácia da denominação, com base em depoimento de jornalista que supostamente fazem jornalismo literário na atualidade. Entre seus entrevistados estavam Eliane Brum (revista Época) e o próprio João Moreira Sales, que relativizam o uso do termo. Por isso, ao final, o autor sugere – como já no título do trabalho – a impertinência da expressão jornalismo literário.

Desprezo aos brasileiros

Apesar de discordar com as argumentações que embasam os vários casos citados aqui, respeito tais pontos de vista, porque considero que são esforços válidos na busca de diversificação ao que chamei de ‘jornalismo além da fórmula’. O que mais incomoda, no entanto, é o desprezo e o desrespeito às experiências brasileiras. Nas linhas a seguir vou discorrer sobre algumas contribuições de dois brasileiros que deixaram um legado rico e que, deliberadamente ou não, no meu entender suas práticas estão incorporadas na cultura profissional da ‘tribo brasileira’.

⁵ Mestranda em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina. Entrevistas para sua pesquisa sobre a linha editorial de Realidade. Dissertação a ser defendida em setembro de 2010.



Para qualquer brasileiro Raul Pompéia (1863-1895) é o autor de ‘O Ateneu’. E só. Só até que o intenso trabalho de Afrânio Coutinho fosse publicado, a partir de 1981, numa coleção de dez volumes. Com o lançamento de “Obras de Raul Pompéia”, editada pela Civilização Brasileira, Afrânio transformou o escritor de um livro num escritor de uma obra. Reuniu suas crônicas publicadas em vários jornais do sudeste brasileiro, especialmente entre 1880 e 1894, como o Jornal do Comércio, Revista Ilustrada, Diário de Minas e O Estado de São Paulo.

A pesquisadora Márcia Barbosa Vianna, por sua vez, descobriu Afrânio Coutinho e desenvolveu uma tese⁶ vigorosa sobre a obra de Pompéia. Com isso, identificou o escritor também como historiador e, especialmente, como jornalista.

Contemporâneo de Machado e Bilac, Pompéia descreveu as cenas brasileiras com a primazia do escritor e o espírito do jornalista. Foi inovador ao romper com o Parnasianismo, a corrente literária vigente, estabelecendo uma poética alternativa a seus trabalhos; exerceu a crítica às questões sociais, como experimentou o impressionismo e permeou suas crônicas com a militância política. Em “Carnaval do Recife”, por exemplo, descreve a aglomeração dos foliões com a chegada dos blocos à praça com suas fantasias coloridas e os rostos pintados – de branco e de preto. A rigor, Pompéia discute preconceitos e a miscigenação racial. Em “O céu e o inferno”, monta um cenário com chamas e caldeiras, Lúcifer e Belzebu – o inferno – para dissimular os bastidores da política nacional.

Inegavelmente, Raul Pompéia, com sua sutileza ou arrebatamento, contribuiu com o estabelecimento do que conhecemos como um gênero jornalístico genuinamente brasileiro – a crônica.

Se Pompéia foi o escritor com vocação jornalística para fazer a leitura de mundo por suas crônicas, João Paulo Barreto, o simplesmente João do Rio (1881-1921), rompeu com a imprensa constituída no século XIX para inaugurar uma nova fase: a reportagem. João do Rio institui a figura do repórter, que vai à rua para vivê-la, senti-la, com a mente e o coração abertos para captar no cotidiano a informação, a matéria-prima para a expressão do Rio de Janeiro do início do século XX.

⁶ Crônicas de Raul Pompéia: Um olhar sobre o jornalismo literário do século XIX. FFLCH/USP, 2008.



Em “A alma encantada das ruas”, onde estão reunidas várias de suas crônicas, João do Rio passeia pelos mercados de livros, os músicos ambulantes ou os trabalhadores da estiva, passando pelos velhos cocheiros e as mariposas de luxo. Crônicas. João do Rio transforma suas crônicas em reportagens, porque foi às ruas para buscá-las.

Raul Pompéia e João do Rio, cada um em seu tempo e a sua maneira, souberam contar histórias do cotidiano, com leveza, poesia, crítica e ousadia, ao mesmo tempo. Suas vidas e seus trabalhos são contribuições que, deliberadas ou não, estão incorporadas à cultura profissional desta tribo de jornalistas brasileiros.

Considerações finais

Após esta exposição, ousou apontar algumas inferências sobre alguns aspectos aqui discutidos:

- Ao defender um jornalismo “além da fórmula”, absolutamente não descarto toda a experiência acumulada pela comunidade jornalística em pautar, apurar, investigar, checar, entrevistar, redigir e editar. Para a consecução do nosso fazer jornalístico não podemos prescindir do método cartesiano.
- Nem todo texto jornalístico que supere as formas consagradas, necessariamente, deve ser rotulado como jornalismo literário. Reportagem, simplesmente, pode ser a expressão segura e prudente para caracterizar um jornalismo bem feito.
- Tampouco o jornalismo literário praticado em nosso país, como Fernando Moraes ou Zuenir Ventura, tem seu embasamento no *new journalism*. Tenho convicção de que aprendemos muito com Tom Wolfe ou Gey Talese, mas não podem ser as únicas referências para a compreensão de narrativas diferenciadas.
- Para a compreensão e o aperfeiçoamento de um jornalismo que supere às críticas da imprensa atual – relatos apressados e superficiais, desconexos da realidade, falta de profundidade – não podemos negligenciar a tradição brasileira. Vale persistir no aprofundamento dos estudos em torno dos jornalistas que deixaram valiosas contribuições à cultura profissional da tribo brasileira.



Referências bibliográficas

BARRETO, João Paulo. **A alma encantada das ruas**. 2ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

FARO, José Salvador. **Revista realidade, 1966-1968: tempo da reportagem na imprensa brasileira**. Porto Alegre: Ulbra, 1999.

LIMA, Edivaldo Pereira. **Páginas ampliadas – Reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Barueri: Manole, 2008.

MARTINEZ, Monica. **Jornalismo Literário: um gênero em expansão**. NP Jornalismo. XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Natal/RN, 2 a 6 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0285-1.pdf>
Acesso em 28 jun 2010.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo – Da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.

_____. Novas estratégias de comunicação in **Sobrevivências no mundo do trabalho** – Novo pacto da Ciência 4. São Paulo: ECA/USP, CNPq, 1995.

_____. **Notícia: um produto à venda – Jornalismo na sociedade urbana e industrial**. 2ed. São Paulo: Summus, 1988.

NECCHI, Vitor. **A (im)pertinência da denominação jornalismo literário**. NP Jornalismo. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Santos – 29 de agosto a 2 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0527-1.pdf>
Acesso em 15 jun 2010

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo** – Vol. 1 – Porque as notícias são como são. 2ed. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. **Teorias do jornalismo** – Vol. 2 – A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

VIANNA, Márcia Aparecida Barbosa. **Crônicas de Raul Pompéia: Um olhar sobre o jornalismo literário do século XIX**. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da UFSC, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde-05022010-104423/> acesso em 22 jun 2010.